



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

Especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde

**COMPETÊNCIA INFORMACIONAL EM SAÚDE DOS CATADORES DE
MATERIAIS RECICLÁVEIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI.**

Por

Márcia Farias Lopes Silva

Projeto apresentado ao Instituto de
Comunicação e Informação Científica e
tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo
Cruz como requisito parcial para obtenção do
título de Especialista em Informação Científica
e Tecnológica em Saúde
Orientadora: MSc. Rosinalva Alves de Souza

Rio de Janeiro, 2018

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM SAÚDE

COMPETÊNCIA INFORMACIONAL EM SAÚDE DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI

Por

MÁRCIA FARIAS LOPES SILVA

ICICT / FIOCRUZ

Projeto apresentado ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Informação Científica e Tecnológica em Saúde.

Orientadora: MSc. Rosinalva Alves de Souza

Rio de Janeiro, dezembro de 2018

RESUMO

O problema do destino dado aos resíduos sólidos urbanos tiveram uma melhora nos últimos anos, mas a atenção tardia a uma questão tão séria resultou em atraso no atendimento da demanda no país. A Política Nacional de Resíduos sólidos (PNRS) criada pela Lei: 12.305 de 2010 é considerada um marco por propor a melhora na gestão do lixo a partir da divisão de responsabilidades, entre, a sociedade, poder público e iniciativa privada, além de incentivos creditícios, fiscais e financeiros e inclusão das organizações formais de catadores. Porém, em muitos municípios brasileiros as questões relacionadas ao descarte final do lixo, ainda não encontrou o caminho para uma solução sustentável e com a inclusão social dos catadores. O presente projeto se propõe a identificar como os catadores de materiais recicláveis trabalham no município de São João de Meriti. E objetiva compreender o nível de competência informacional em saúde dessa comunidade no tocante ao desempenho da atividade, que é muito nociva à saúde desse trabalhador em municípios que não incentivam a população a separar os resíduos sólidos domésticos no momento do descarte. Realizar-se à pesquisas bibliográficas sobre legislação e projetos acerca do tema, identificar *stakeholders* para buscar lideranças na localidade, realização de grupo focal com os catadores da cooperativa selecionada para obtenção dos objetivos propostos. Os prováveis resultados poderão auxiliar os catadores do município de São João de Meriti a perceberem se suas atitudes são prejudiciais ou não nos cuidados com a própria saúde e também a dos seus familiares. Contribuir para a inclusão social dessa comunidade. Promover o reconhecimento social no município do trabalho desempenhado pela comunidade de catadores no processo de reciclagem e a contribuição deles para a limpeza urbana. Por meio de informação sensibilizar, conscientizar e engajar os moradores do município para o problema do aumento dos resíduos sólidos domésticos e do seu descarte inadequado. Promover uma reflexão que fomente o início da coleta seletiva no município com a inclusão social dos catadores.

Palavras-chave: Catadores de materiais recicláveis. Competência informacional em saúde. Engajamento comunitário. São João de Meriti. Gestão do lixo. Resíduos sólidos urbanos.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABLP - Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública

ACAMTC - Catadores de Material Reciclável de Três Corações

ACS - Agente Comunitários de Saúde

CDC - Centers for Disease Control and Prevention

Covisa - Coordenação da Vigilância em Saúde

EC - Engajamento Comunitário

EMERJ - Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro

EPC - Entendimento Público da Ciência

EPI - Equipamentos de Proteção Individual

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IL - Information Literacy

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organização Não Governamental

PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos

PNSB - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico

TDIC- Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	JUSTIFICATIVA	8
3	REFERENCIAL TEÓRICO	12
3.1	Resíduos Sólidos Urbanos	12
3.1.1	Competência Informacional em Saúde	13
3.1.2	Divulgação Científica em Saúde	15
3.1.3	Engajamento Comunitário (EC)	16
4	OBJETIVOS	18
4.1	Objetivo Geral	18
4.2	Objetivos Específicos	18
5	METODOLOGIA	19
5.1	Abordagem e Nível da Pesquisa	19
5.2	Campo Empírico, População e Amostra	19
5.3	Técnica de coleta e Análise dos Dados	20
6	RESULTADOS ESPERADOS	23
7	CRONOGRAMA	24
	REFERÊNCIAS	25

1 INTRODUÇÃO

O aumento populacional nas cidades aliado ao crescimento do consumo tem gerado problemas tais como a imensa produção de resíduos sólidos que em grande parte não são reaproveitados e acabam sendo destinados a locais inadequados causando diversos malefícios à sociedade e ao meio ambiente. De acordo com a matéria publicada na revista Radis: comunicação e saúde (2011, n.102, p. 8): “Os lixões a céu aberto ainda são o destino final dos resíduos sólidos em 50,8% dos municípios brasileiros [...]. O dado é da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, 2008, (PNSB) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) [...] “. Ao se abordar a questão da crescente produção dos resíduos e o seu descarte, não há como deixar de mencionar os catadores que são pessoas que trabalham e retiram suas rendas financeiras ou as complementam por meio da coleta de materiais recicláveis ou reutilizáveis que são recuperados do lixo descartado pela população. Esse trabalho no contexto atual de aumento na produção de resíduos sólidos é muito importante por ser fundamental à cadeia da indústria da reciclagem, as demais indústrias que utilizam a matéria prima transformada e ainda colaboram para a limpeza pública (SANTOS, 2018). Tal atividade é exercida na maioria das vezes por pessoas que vivem à margem da sociedade e são estigmatizadas por causa da sua aparência e por trabalharem nos lixões ou recolhendo os materiais nas ruas. Desempenham-na quase sempre de maneira informal e desorganizada e na dependência de atravessadores para comercializar os materiais recolhidos e, em grande parte, não possuem reconhecimento social. Essa atividade quando exercida em municípios que não possuem política voltada para a prática de coleta seletiva do lixo com inclusão social dos catadores torna-se ainda mais difícil como também perigosa para a saúde desse trabalhador que muitas das vezes ignora os riscos aos quais se submete.

Com base em estudos é possível afirmar que houve melhorias relacionadas ao destino final dos resíduos sólidos urbanos nos últimos anos, mas ainda é algo distante do ideal. Esse é sem dúvida um problema muito preocupante o qual tem sido alvo de diversas discussões envolvendo vários segmentos da sociedade. Tais demandas contribuíram para a criação de algumas leis que contemplam os problemas ambientais e a inclusão social do catador. São elas: Lei 6.938 de 1981(

Política Nacional do Meio Ambiente) objetiva a melhoria e recuperação ambiental propícia à vida. Lei 11.445 de 2007 (Política Nacional de Saneamento Básico) estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico. Lei 12.305 de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) visa o avanço necessário do país no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos.

Toda a legislação brasileira que é pensada para mediar a relação homem e meio ambiente na busca por uma convivência harmônica e sustentável é notória, mas nem sempre o que está descrito na lei se torna realidade. E nesse sentido, esse trabalho busca apresentar sugestões para questões relacionadas ao descarte dos resíduos sólidos domésticos, a inclusão social dos trabalhadores que coletam materiais recicláveis como fonte de trabalho e renda, como também a importância da participação das esferas pública, privada e sociedade na promoção do desenvolvimento social e ambiental de maneira sustentável, ou seja, ser comprometido com ações que preservem o meio ambiente e por conseguinte a saúde e o bem estar de todos.

O Município de São João de Meriti foi escolhido para ser o local onde se desenvolverá a pesquisa por fatores relacionados aos seus problemas sociais e as suas peculiaridades as quais serão brevemente descritas.

No ano de 1947, a cidade de São João de Meriti foi emancipada política e administrativamente por meio da Lei nº 6, do Projeto 132/47 e tornou-se o então município de São João de Meriti, que fica localizado na Baixada Fluminense, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e faz divisa com cinco municípios, Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nilópolis, Belford Roxo e Mesquita. De acordo com a última contagem do IBGE, realizado em 2010, sua população era de 458.673 habitantes com estimativa de 471.888 para 2018, ocupando uma área territorial de 35.216 Km², com cerca de 13 mil habitantes por Km². Ele foi alcunhado de “Formigueiro das Américas” por possuir o maior adensamento populacional da América Latina (SÃO JOÃO DE MERITI, 2018).

O município de São João de Meriti não possui muitas empresas e sua área territorial é em maior parte formada por zonas residenciais. Sua economia

concentra-se no setor de comércio e prestação de serviços, isto faz com que boa parte da população se desloque para outras cidades para trabalhar, e por essa razão o município é considerado cidade dormitório. Seu crescimento de forma acelerada e desorganizada gerou diversos problemas e a precariedade no atendimento de necessidades da população em áreas, como, saúde, segurança e educação (CIDADES.COM.BR, 2013).

No município não há coleta seletiva do lixo. A coleta é realizada por uma empresa terceirizada pela prefeitura municipal a qual utiliza caminhões compactadores para o recolhimento dos resíduos sólidos urbanos que são destinados ao aterro sanitário localizado no município de Seropédica. De acordo com dados retirados do site da prefeitura de São João de Meriti, são recolhidos 12 toneladas de lixo domiciliar e 10 toneladas de entulhos por mês (SÃO JOÃO DE MERITI, 2018).

2 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho aborda tema que é bastante relevante para toda a sociedade, trata-se do aumento da produção dos resíduos sólidos urbanos, do seu descarte inadequado e da exclusão social dos catadores de materiais recicláveis. Essas questões são urgentes e por mais que estejam presentes diariamente na vida de todos, ainda assim, pouco se faz e se fala acerca de políticas para a prática consciente e cidadã do descarte final dos resíduos sólidos urbanos e da inclusão social dos catadores.

A própria definição da palavra lixo e materiais recicláveis são confundidas por grande parte da população. Lixo é algo que não tem mais utilidade, enquanto os materiais recicláveis são os resíduos que constituem interesse de transformação, que têm mercado ou operação que viabiliza sua transformação industrial (LIXO.COM.BR, 2018). Logo, infere-se que tal confusão pode ser uma das barreiras que dificultam a prática da separação de materiais recicláveis dos que não são, pois é preciso adesão da população para ser possível implementar a coleta seletiva do lixo doméstico.

Nesse contexto, surge a figura do catador o qual é equivocadamente denominado catador de “lixo”, mas que na realidade é catador de “materiais recicláveis”. São pessoas que retiram do lixo urbano descartado os materiais que são recicláveis e constituem fontes de renda. Porém, o trabalho de coletar os materiais recicláveis em lugares onde o lixo descartado é misturado aos materiais úteis, ou seja, sem prévia separação, torna esse ambiente inapropriado além de propício à aproximação de animais transmissores de doenças. E isso é um problema para os catadores que precisam revirar o lixo em busca dos materiais. Esse fator dificulta a realização do trabalho do catador porque muitas das vezes não é possível recuperar os produtos reaproveitáveis que já foram misturados ao lixo, além é claro do ambiente ser um risco à saúde deles.

Essa pesquisa surgiu por meio da observação realizada pela autora na comunidade onde mora. Em que diversas vezes notara a presença de pessoas que circulavam nas ruas à procura de materiais recicláveis, na maioria das vezes garrafas pets, papelões e latinhas de alumínio. Chamou sua atenção a maneira

como eles exercem tal atividade e também por não utilizarem equipamentos de proteção individual (EPI), pois para encontrar o que buscam, apalpam os sacos de lixo com as mãos e quando sentem que há algum objeto reciclável, então abrem-no para retirar o que lhes interessam. Ao contemplar esse fato se repetir por tantas vezes e se tornar tão corriqueiro, notou que algo poderia ser feito para amenizar os riscos aos quais essas pessoas se expõem. Por meio de atitudes simples, como separar os materiais recicláveis do lixo durante o descarte doméstico seria uma grande contribuição, além de tornar a atividade para os catadores menos penosa e insalubre.

Diante desse fato busca-se avaliar o nível de conhecimento dos catadores de materiais recicláveis do município de São João de Meriti acerca do tema competência informacional em saúde relacionado ao exercício dessa prática laboral. É importante destacar que a sociedade pode contribuir para amenizar o problema que ocasiona os riscos à saúde dessa comunidade. Por meio também de informação que a conscientize para a criação de hábitos importantes sobre descarte do lixo, por exemplo, separar o que é material reciclável do que é lixo.

É preciso levar em conta que o lixo é um problema de todos. Ao contrário do que parece, ele não está solucionado quando se é colocado nas portas das casas para o caminhão da coleta levá-lo para um aterro sanitário ou lixões a céu aberto, conforme ainda acontece em muitos municípios brasileiros. A preocupação com o destino dado ao lixo doméstico é mais do que uma questão ambiental é também um problema de saúde pública e de cidadania, pois impacta a vida de toda a sociedade e principalmente das pessoas que trabalham na coleta de materiais recicláveis.

A lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é considerada um marco no que diz respeito a melhorias sobre a gestão dos resíduos sólidos urbanos. Ela cria um novo modelo de gestão a partir da divisão de responsabilidades entre o poder público, iniciativa privada e sociedade. Ao poder público foi designado a tarefa de elaborar planos para o manejo correto dos materiais, às empresas o recolhimento dos produtos após o uso e à sociedade, realizar a coleta seletiva e reduzir o consumo (RADIS: COMUNICAÇÃO E SAÚDE, 2011, p.9).

No Fórum Permanente de Direito Ambiental ocorrido no dia 6 de agosto de 2018 na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) em sua 132ª reunião intitulada “Desafios Jurídicos e Institucionais na Implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.” No debate o juiz Marcelo Piragibe, vice-diretor da EMERJ fez o seguinte questionamento: “Sessenta por cento dos municípios do país não cumprem a lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12305/2010). Trinta milhões de toneladas de lixo são despejadas no Brasil por ano. Onde está o problema?” O palestrante Ariovaldo Caodaglio, diretor da Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública (ABLP), foi convidado a responder o questionamento. Segundo ele faltam ações para mobilizar a população que é considerada o agente causador do problema. Não se deve culpar o município e sim os munícipes, pois cada um de nós temos responsabilidades sobre os resíduos sólidos que produzimos. Esse problema, embora seja de ordem coletiva precisa de um posicionamento individual. E é necessário que haja informação para conscientizar as pessoas da gravidade do problema, pois informação gera conhecimento (DESAFIOS JURÍDICOS e INSTITUCIONAIS NA INPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, 2018).

Depreende-se que para haver mudança de comportamento é necessário conscientização e engajamento da população o que se dará com a adesão dos atores sociais nesse processo, instrumentalizando o catador e a população para uma ação local que se expanda globalmente.

Pode-se citar alguns exemplos de projetos bem sucedidos:

- O Projeto Catadores Encantadores desenvolvido em Campinas, São Paulo (SP) sob a coordenação da vigilância em saúde (Covisa) da secretaria municipal de saúde. Os catadores são incentivados à prevenção do mosquito da dengue na área em que atuam, controle ambiental quanto ao manejo dos materiais por meio de cuidados sanitários. Eles são cadastrados e visitados pela equipe de agentes comunitários em saúde são direcionados a uma unidade próxima da sua residência. O projeto inclui também palestras, exposições e atividades lúdicas, distribuição de sacos, luvas e vacinação (RADIS: COMUNICAÇÃO E SAÚDE, 2011).

- O Projeto desenvolvido em um bairro no município de Nova Iguaçu, localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense. A proposta dele era implementar a coleta seletiva de materiais recicláveis com a inclusão social do catador. Em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde com a participação dos agentes comunitários de saúde (ACS), os quais conheciam bem a localidade, possuíam qualificação profissional para auxiliar os catadores e por representarem o poder público (SOUZA, 2014).
- Projeto realizado no município de Três Corações em Minas Gerais para a manutenção da prática da coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos com a inclusão social do catador. Por meio de curso de capacitação dos catadores de materiais recicláveis que trabalhavam nas ruas do município e que fundaram a Associação de Catadores de Material Reciclável de Três Corações (ACAMTC). Por meio da parceria entre a Associação Comercial e Empresarial (ACE) e a prefeitura do município (CARVALHO, 2016).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A base teórica desta proposta são os conceitos relacionados a resíduos sólidos urbanos, competência informacional em saúde, divulgação científica em saúde, engajamento comunitário (EC).

3.1 Resíduos Sólidos Urbanos

Torna-se necessário diferenciar os conceitos de resíduos sólidos urbanos e lixo, uma vez que são muitas das vezes erroneamente entendidos como sendo iguais. A percepção da diferença entre esses termos é fundamental para que a população adote atitudes conscientes em relação ao problema urbano ocasionado pelo aumento da produção do lixo, aos danos acarretados ao meio ambiente e também para a sociedade.

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), na NBR 10.004:2004, os resíduos sólidos urbanos são aqueles resultantes das atividades de origem doméstica e comercial dos centros urbanos. Pode-se ainda designá-los como o conjunto dos resíduos sólidos que são produzidos nos ambientes urbanos os quais são classificados de acordo com a sua origem em: domiciliares, comerciais, de varrição, serviços de saúde e hospitalares, industriais, dentre outros (PINTO, 1999). A lei 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) conceitua resíduos sólidos como aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado e em se tratando de lixo pode-se dizer que é aquilo que não pode ser reciclado ou reaproveitado também considerado como rejeito (BRASIL, 2019). Portanto, os conceitos de lixo e rejeito podem ser entendidos como sendo os mesmos, pois ambos não podem ser reaproveitados ou reutilizados e não possuem nenhum valor econômico.

A produção exarcebada de lixo na atualidade é um grande problema social, uma vez que pode acarretar diversos danos ambientais e de saúde pública. A sua deposição em local inadequado é responsável por diversas doenças que afligem os seres humanos, como, desintéria, leptosprose, salmonelose, entre outras, assim como, da poluição das águas subterrâneas ocasionadas pela liberação do chorume e também a poluição do ar que são emitidos pelos gases tóxicos desse local.

Ao considerar todos os problemas relacionados à produção do lixo e ao seu destino final é possível perceber que a solução envolve muitos atores sociais. É preciso lembrar também que existem muitas pessoas que mesmo sem serem reconhecidas socialmente não deixam de contribuir para a diminuição dos impactos negativos que a má gestão do lixo causam à sociedade, por exemplo, os catadores de materiais recicláveis ou reutilizáveis.

Esse estudo busca compreender a competência informacional em saúde dos catadores de resíduos sólidos urbanos domiciliares, ou seja, materiais recicláveis e reutilizáveis do município de São João de Meriti com o intuito de obter informação que auxilie na implementação de um projeto social voltado para a saúde e qualidade de vida desse trabalhador no desempenho dessa atividade. E também por meio de estratégias informacionais tais como: divulgação científica em saúde e do engajamento comunitário ser possível conseguir a adesão tanto da comunidade de catadores quanto da população em prol do sucesso do projeto.

3.1.1 Competência Informacional em Saúde

Na sociedade atual, denominada sociedade da informação e do conhecimento, devido aos avanços nas tecnologias de informação e comunicação (TCIs) que determinaram maior velocidade no fluxo da informação e resultaram em grandes mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas.

A sociedade é mediada pela informação, porém existem diversas barreiras que dificultam o acesso, uso, avaliação e comunicação para atender as demandas da cidadania. Portanto, é preciso desenvolver competências informacionais que possam atender a essas demandas (DECLARAÇÃO DE MACEIÓ SOBRE A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO..., 2011).

A expressão Information Literacy (IL) ganhou destaque no campo científico a partir da década de 1970 nos Estados Unidos onde surgiu pela primeira vez na literatura em um relatório intitulado *The information service environment relationships and priorities* de autoria do bibliotecário americano Paul G. Zurkowski (DUDZIAK, 2010). O conceito IL foi ganhando importância no decorrer das décadas nos Estados Unidos e em diversos países, principalmente após os

anos de 1990 em que houve maior intensificação do uso do computador e a popularização da internet. Em um contexto social de fluxo intenso de informação e produção de conhecimento e inovação a IL surge com o propósito de capacitar os usuários na busca por informação e torná-los hábeis a reconhecerem fontes confiáveis, entender as suas próprias necessidades informacionais, tais como saber localizar, avaliar e usar a informação de forma consciente, criativa e autônoma buscando o aprendizado ao longo da vida. Houve crescentes publicações acerca desse tema em distintos campos do saber na área da educação, saúde, ciência da computação, administração, dentre outras, mas a IL teve suas fundações na biblioteconomia e ciência da informação (DUDZIAK, 2010).

No Brasil o termo Information Literacy (IL) é bastante recente, ele foi abordado pela primeira na década de 2000 e houve grande expansão em pesquisas acerca desse assunto. Embora o tema desperte muitos interesses ele ainda se encontra na fase inicial e não houve um consenso sobre qual termo é o mais adequado para traduzi-lo (GASQUE, 2013). Alguns autores o traduzem como alfabetização informacional associado as fases iniciais da educação, outros adotam literacia e letramento informacional por relacionarem-se ao universo das palavras, enquanto muitos utilizam competência informacional para designar que os indivíduos estão familiarizados com as várias mídias de informação, incluindo jornais, revistas, televisão e internet, entre outras (DUDZIAK, 2010).

Sobre o fortalecimento da Competência Informacional no Brasil e o atendimento às populações em condição de vulnerabilidade foi lançado no ano de 2013 o Manifesto na cidade de Florianópolis em Santa Catarina onde ocorreu o “II Seminário de Competência em Informação: Cenários e Tendências”. O Manifesto de Florianópolis tratou do tema Competência em Informação e as Populações Vulneráveis e Minorias que são:

[...] entendidas como sendo aquelas que se encontram em situações de discriminação, intolerância e fragilidade e que estão em desigualdade e desvantagem na sociedade atual, principalmente, em relação às questões que envolvem o acesso e uso da informação para a construção de conhecimento, identidade e autonomia a fim de permitir a sua efetiva inclusão social. A Competência em Informação deve ser compreendida como um direito fundamental da pessoa humana, intrínseco ao seu próprio ser, sendo essencial à sua sobrevivência (MANIFESTO..., 2013).

Para este trabalho será adotado a expressão competência informacional em saúde traduzido do conceito health literacy que foi apropriado pelo campo da saúde na década de 1970 e vem se tornando bastante significativo em saúde pública por servir como instrumento de capacitação dos usuários para aprender a lidar com o aprendizado em saúde. Aprendizagem em saúde está relacionado com a capacidade das pessoas de conhecerem as demandas complexas de saúde da sociedade moderna. Ela significa colocar a saúde de alguém, de seus familiares e de sua comunidade dentro de um contexto, entendendo quais fatores estão influenciando isso e saber como acessá-los (SORESEN et al.).

3.1.2 Divulgação Científica em saúde

A informação científica e tecnológica é um tipo de informação que é produzida a partir de pesquisas as quais seguem metodologias rigorosas para serem consideradas informação confiável. É por meio desses rigores que esse tipo de informação se diferencia do conhecimento popular. Para ser validada como informação científica ela precisa ser comunicada e divulgada para a comunidade científica da área no intuito de produzir conhecimento (MUELLER, 2000).

Nesse trabalho será abordada a informação tecnológica e científica em saúde. Esse tipo de informação visa a produção de conhecimento para o desenvolvimento da sociedade no sentido de promover o bem estar e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos individualmente e/ou coletivamente. A área da saúde é bastante abrangente e multidisciplinar e desperta interesse em toda a sociedade, pois a saúde é um bem que todos almejam e precisam possuir. O termo saúde é muito difícil de conceituar e para a Organização Mundial da Saúde (OMS), ela é definida como: “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”. Depreende-se que a produção de informação científica e tecnológica em saúde precisa ser mais amplamente divulgada para que o saber e o fazer se produzam. A divulgação científica é entendida como uma forma de traduzir a linguagem técnica e formal utilizadas pelos pesquisadores para uma linguagem fácil e acessível para a população em geral (ALBAGLI, 1996). As TICs facilitaram muito a difusão da informação científica, por meio da criação dos sites, blogs, e-mails, portais, bibliotecas virtuais, repositórios institucionais, redes de intercâmbio, dentre outras.

As formas são diversas e crescentes, no entanto a ponte entre o conhecimento e as demandas sociais seguem a espera de serem construídas (GUIMARÃES, 2014).

A divulgação científica é uma das estratégias encontradas para aproximar a informação científica da sociedade, em que o fluxo da informação científica da ciência chegue até a sociedade. Essa tática não tem sido tão eficiente e buscam-se outras alternativas para promoção de uma interação efetiva com a participação da sociedade. Uma delas é o Entendimento Público da Ciência (EPC) (do inglês Public Understanding of Science - PUS), que visa promover uma maior participação da sociedade na ciência, por meio da comunicação e interação entre ambas. Em que a sociedade construa juntamente com a ciência caminhos possíveis na identificação de problemas e suas respostas (SALES; GUIMARÃES; PIMENTA, 2013). A participação da sociedade na construção da ciência na área da saúde é muito importante para a formação de uma conduta individual e/ou coletiva a qual melhora a qualidade de vida da sociedade e promove a cidadania. “[...] “Trata-se de transmitir informação científica que instrumentalize os atores a intervir melhor nos processos decisórios” (ALBAGLI, 1996, p. 397).

Este movimento reflete a percepção crescente da importância de integrar melhor ciência saúde coletiva e sociedade. Se queremos uma sociedade saudável e desenvolvida cientificamente, esta deve ser bem informada sobre os temas da ciência e da saúde. Mas para semear uma cultura saudável de ciência e saúde pública não basta dar ao público “as pílulas do saber”, como as que eram passivamente ingeridas pelos personagens de Jonathan Swift que percorreram as Viagens de Gulliver. Trata-se de uma tarefa bem mais complexa que precisa considerar o público como um ator importante deste processo de divulgação da ciência e da saúde, de forma que passe a ter uma atuação crítica e participativa diante do conhecimento e dos processos decisórios (MASSARANI, 2003).

3.1.3 Engajamento Comunitário (EC)

A expressão engajamento não possui uma definição simples e objetiva no campo das ciências sociais. Trata-se de um conceito que está atrelado à “participação da comunidade” e do seu “comprometimento” (TINDANA et al., 2007). Na definição do Centers for Disease Control and Prevention (CDC, 1997), engajamento comunitário pode ser entendido como um processo de trabalho participativo entre um grupo de pessoas que dividem o mesmo espaço geográfico, possuem interesses semelhantes e estão envolvidas em determinadas situações que lhes direcionam a discutir acerca de questões que diz respeito ao bem estar da

comunidade. Realmente, para se sentir parte integrante e se envolver em problemas maiores sobre a comunidade é preciso integração, cooperação, participação e coordenação de vários recursos. Esse é o caminho para que se haja o diálogo entre leigos, experts, cidadãos e cientistas (GUIMARÃES, 2014).

De acordo com a Declaração de Alma Ata: “é direito e dever dos povos participar individual e coletivamente no planejamento e execução de seus cuidados de saúde.” No entanto, a exclusão social e cultural a qual parte da população se encontra são fatores limitantes da sua participação cidadã nos processos decisórios. Uma vez que a situação de dificuldade socioeconômica enfrentada por essas populações em situação de vulnerabilidade e desigualdade social, sem acesso ao trabalho e ao consumo, cujos direitos sociais e humanos foram regredindo comprometem a sua participação em diversas esferas. Tornar possível que a comunidade participe dos processos de planejamento e da tomada de decisão nos serviços de saúde pode contribuir para a melhoria na saúde e também em políticas mais sustentáveis (POPAY, 2008 apud SALES, 2014). Para Tindana (2007 apud SALES, 2014), a definição de EC é mais que a participação da comunidade. Ela pode ser entendida como o processo de trabalhar em colaboração com aliados importantes que tenham objetivos e interesses comuns.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Investigar e conhecer o nível de acesso à Informação em Saúde dos catadores de materiais recicláveis da cidade de São João de Meriti, no que diz respeito a sua atividade laboral

4.2 Objetivos Específicos:

- a) Identificar e analisar a legislação brasileira pertinente a gestão do resíduo sólido urbano;
- b) Mapear e analisar as propostas de projetos porventura existentes, considerando a vertente de sustentabilidade, inclusão social dos catadores e engajamento comunitário (EC);
- c) Identificar estudos anteriores que tratem da questão do aumento exacerbado do volume dos resíduos sólidos urbanos e da problemática ambiental acerca do seu descarte e também da análise comportamental de diferentes grupos sociais que lidam com a coleta e a gestão do lixo;
- d) Identificar *stakeholders* que apoiem a ação com o intuito de somar esforços
- e) Identificar a existência de riscos à saúde dos catadores de materiais recicláveis no desempenho dessa atividade;
- f) Conhecer o nível de competência informacional em saúde dos catadores de materiais recicláveis da cidade de São João de Meriti

5 METODOLOGIA

Esta seção compreenderá a proposta metodológica que será utilizada nesse trabalho, apresentando a definição acerca da abordagem e do tipo da pesquisa, população e amostra, campo de pesquisa e as técnicas de coleta e análise dos dados.

5.1 Abordagem e Nível da Pesquisa

A presente pesquisa terá nível exploratório e orientação a abordagem qualitativa. As pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral a respeito de determinado fato, sendo um tipo de pesquisa que é realizada sobretudo quando o tema abordado é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (GIL, 2008).

Dentre as abordagens que poderão ser utilizadas para a delimitação do estudo que se propõe a investigar o nível de competência informacional em saúde dos catadores de materiais recicláveis do município de São João de Meriti, será adotada a abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (1994, p.22) “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos.”

5.2 Campo Empírico, População e Amostra

O campo empírico para esse trabalho compreenderá o município de São João de Meriti, localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense, o qual é composto por 21 bairros: Agostinho Porto, Centro, Coelho da Rocha, Éden, Engenheiro Belford, Grande Rio, Jardim Meriti, Jardim Metrópole, Jardim Sumaré, Parque Alian, Parque Analândia, Parque Araruama, Parque Novo Rio, Parque Tietê, São Matheus, Tomazinho, Venda Velha, Vila Norma, Vila Rosali, Vilar dos Teles, Vila Tiradentes. A amostra será uma cooperativa de reciclagem que esteja localizada em algum bairro desse município.

5.3 Técnica de Coleta e Análise dos Dados

Para atingir os objetivos propostos na pesquisa, o presente estudo proporá as seguintes etapas:

- a) Realização de pesquisa bibliográfica sobre a legislação brasileira pertinente a gestão dos resíduos sólidos urbanos;

A pesquisa bibliográfica reunirá as principais leis, normas e diretrizes brasileiras que mencionam o tema e será realizada nos sites da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) - (portal.anvisa.gov.br/), Ministério da Saúde (MS) - (www.ms.gov.br), Ministério do Meio Ambiente (MMA) - (www.mma.gov.br/) e Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) - (www.mma.gov.br/Conama).

- b) Realização de pesquisa bibliográfica acerca de projetos voltados para a gestão dos resíduos sólidos urbanos considerando as vertentes de sustentabilidade, inclusão social dos catadores e engajamento comunitário (EC);

- c) Realização de pesquisa bibliográfica com a finalidade de identificar estudos anteriores que tratem da questão do aumento exacerbado do volume dos resíduos sólidos urbanos e da problemática ambiental acerca do seu descarte e também da análise comportamental de diferentes grupos sociais que lidam com a coleta e a gestão do lixo.

A pesquisa bibliográfica e documental procurará identificar literatura nacional, sobre estudos previamente feitos em análise de comportamento de diferentes grupos sociais que aborde esse tema. Estas pesquisas deverão ser realizadas em diversas fontes de informação, tais como: Repositório Institucional da Fundação Oswaldo Cruz (ARCA) (<http://www.arca.fiocruz.br/>), Portal de Periódicos CAPES (www.periodicos.capes.gov.br), SciELO (www.scielo.org/php/index.php), Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br>), entre outras, para obtenção de teses, dissertações, artigos científicos, entre outras.

Além da pesquisa acima citada, também serão realizadas buscas por sites que promovam projetos que tratem sobre o tema.

- d) Em paralelo ao conhecimento sobre o tema, conforme as etapas anteriormente descritas, serão identificados *stakeholders*, a fim de buscar por lideranças na localidade com o intuito de somar esforços em relação ao estabelecimento de vínculos e estreitamentos de laços para compreensão da metodologia de trabalho dessa comunidade. Entende-se desta forma, que isto será necessário para que se tenha governança no processo, visto que a pesquisadora não tem vínculo oficial que lhe permita o desenvolvimento da pesquisa.
- e) Após a identificação de *stakeholders*, poderá ser feita a identificação da existência de riscos à saúde dos catadores de materiais recicláveis no desempenho dessa atividade, por meio de visitas ao local de trabalho dos catadores e acompanhamento no desempenho das atividades para verificar como eles manuseiam e acondicionam os materiais recolhidos nas ruas do município, no intuito de reconhecer a exposição aos riscos à saúde.

Em paralelo, poderá ser feita também a articulação com algumas instâncias tomadoras de decisão do município para apresentar a proposta, tais como: empresas privadas, governamental, organização não governamental (ONG), associação de moradores da região, cooperativa de reciclagem, com o intuito de obtenção de parcerias para implementação de projetos voltados à comunidade de catadores visando sua inclusão social e promoção no cuidado da saúde desses trabalhadores.

- f) A fim de conhecer o nível de competência informacional em saúde dos catadores de materiais recicláveis da cidade de São João de Meriti, será realizado grupo focal que é uma técnica de pesquisa qualitativa por meio de entrevistas grupais guiadas pelo pesquisador para coletar informações advindas da interação do grupo de catadores. Detalhes operacionais como tamanho da amostra, local de realização da etapa, bem como desenvolvimento do instrumento de coleta serão definidos após a etapa de identificação e articulação com *stakeholders* que possam apoiar esta abordagem.

Prevê-se a submissão deste projeto ao Comitê de Ética, por meio da Plataforma Brasil, uma vez que além de pesquisas bibliográficas diversas, será

necessário realizar grupo focal com os catadores de materiais recicláveis da associação selecionada no município de São João de Meriti.

6 RESULTADOS ESPERADOS

Ao considerar o problema ocasionado pela grande produção do volume de lixo, assim como sua destinação inadequada, é preciso pensar soluções que minimizem os impactos que essa atitude traz em relação ao meio ambiente e os prejuízos ocasionados à saúde da população, principalmente, para as pessoas que têm como fonte de trabalho e renda retirar do lixo os materiais recicláveis.

Esse projeto almeja investigar o nível de competência em informação em saúde no contexto dos catadores de materiais recicláveis do município de São João de Meriti e propor estratégias orientadas pelo conceito de competência informacional em saúde no sentido de instrumentalizar esses atores na tomada de decisão sobre hábitos e atitudes que afetarão diretamente sua qualidade de vida.

Por meio da articulação com algumas instâncias tomadoras de decisão, como, empresas privadas, governamental, organização não governamental (ONG), associação de moradores da região e/ou cooperativa de reciclagem no intuito de apresentar a proposta e obter a adesão objetivando o reconhecimento social do trabalho desenvolvido pela comunidade de catadores, pois é por meio dessa atividade que muitos resíduos sólidos retornam à cadeia de produção, além da contribuição para a limpeza urbana. Busca-se desenvolver estratégias informacionais para a conscientização e sensibilização da sociedade no intuito de engajamento comunitário (EC) em prol da inclusão social do catador e dessa forma melhorar a qualidade de vida deles. Essa proposta visa também contribuir para se iniciar a coleta seletiva do lixo na cidade.

Por fim, almeja-se obter subsídios para fornecer informação que os auxiliem nessa prática laboral de forma mais segura minimizando os possíveis riscos à saúde e definir estratégias de atuação para engajar a população, por meio da aproximação com a comunidade dos catadores compreender sua realidade e a maior dificuldade no desempenho da atividade e a partir daí pensar em materiais informativos que possam sensibilizar e conscientizar a população a aderirem em um trabalho voluntário de separação de materiais recicláveis do lixo doméstico no momento do seu descarte.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. Divulgação científica: informação científica para a cidadania? **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 25, n. 3, p. 396-404, set./dez. 1996. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/639/643>. Acesso em: 05 out. 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. [Brasília], [2019]. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/politica-nacional-de-residuos-solidos>. Acesso em: 25 jan. 2019

CARVALHO, T. V. **Coleta seletiva e inclusão social**: desafios da gestão pública municipal no sul de Minas Gerais. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas) - Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, 2016. Disponível em: http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/11119/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Coleta%20seletiva%20e%20inclus%C3%A3o%20social%20desafios%20da%20gest%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20municipal%20no%20sul%20de%20Minas%20Gerais.pdf. Acesso em: 25 jul. 2018.

CIDADES.COM.BR. **Cidades do Brasil**. [2018]. Disponível em: <http://www.cidades.com.br/cidades-do-brasil/estado-rio-de-janeiro/830-sao-joao-de-meriti.html>. Acesso em: 15 jun. 2018.

DECLARAÇÃO de Alma-Ata. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CUIDADOS PRIMÁRIOS DE SAÚDE. 6 -12 set. 1978, URSS. **Anais...** URSS: Alma-Ata, 1978. Disponível em: <http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/Declara%C3%A7%C3%A3o-Alma-Ata.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

DECLARAÇÃO de Maceió sobre a competência em informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: Sistema de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social. 24., 2011, Maceió, **Anais...** Maceió: FEBAB, 2011. Disponível em: http://febab.org.br/declaracao_maceio.pdf. Acesso em: 30 out. 2018.

DESAFIOS jurídicos e institucionais na implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. In: FÓRUM PERMANENTE DE DIREITO DO AMBIENTE, 132. 2018, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...**[2018]. Rio de Janeiro: Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, mesa de debates. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/noticias_todas/debate-sobre-residuos-solidos.html#. Acesso em: 25 jul. 2018.

DUDZIAK, E. A. Competência informacional: análise evolucionária das tendências da pesquisa e produtividade científica em âmbito mundial. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 1-22, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/15609>. Acesso em: 05 out. 2018.

GASQUE, K. C. G. D. Competência em informação: conceitos, características e desafios. **Atoz: novas práticas em informação e conhecimento**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 5-9, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/viewFile/41315/25246>. Acesso em: 05 out. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, M. C. S. Comunicar a ciência: da divulgação científica ao engajamento em pesquisa. In: GUIMARÃES, M. C. S. et al. (Org.). **Divulgação e Jornalismo científico em saúde e ambiente na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2014, v. 1, p. 67-78.

LIXO.COM.BR. **Coleta seletiva: o que é reciclável?** Disponível em: <http://www.lixo.com.br/content/view/136/243/>. Acesso em: 13 out. 2018.

MANIFESTO de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 25., Anais...Florianópolis: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. 2013. [3] p. Disponível em: Acesso em: 25 jan. 2019.

MASSARANI, L. Ciência, saúde e público. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.19, n.6, 19(6):1564-1565, nov./dez. 2003. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/24132>. Acesso em: 13 nov. 2018.

MINAYO, M. C. S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. Cap. 1, p. 9-29.

MULLER, S. P. M. A Ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, B. S.; CÉNDON, B. V.; KREMER, J. M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. Cap. 1, p 21-22.

PINTO, T. de P. **Metodologia para a gestão diferenciada de resíduos sólidos da construção urbana**. 1999. 189 f. Tese (Doutorado) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Departamento de Engenharia de Construção Civil, São Paulo, 1999. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/46261238/Metodologia_para_gestao_diferenciada_de_RCD_-_Pinto.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1548268804&Signature=SI8zMCvI0Hltp48dtoKD%2FeHky2Y%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DMETODOLOGIA_PARA_A_GESTAO_DIFERENCIADA_D.pdf. Acesso em: 25 jan. 2019.

MACHADO, K. O 'PRIMO pobre' do saneamento básico. **Radis**: comunicação e saúde, Rio de Janeiro, FIOCRUZ/ENSP. n.102, p. 1 – 24. fev. 2011.. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/20293/2/2011_Fevereiro_102.pdf. Acesso em: 22 jul. 2018.

SALES, C. P. **Engajamento comunitário e entendimento público da ciência**: primeiras anotações para uma agenda de pesquisa. 2014. 85 f. Dissertação (Mestrado em Informação e Comunicação em Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Rio de Janeiro, RJ, 2014. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/11821>. Acesso em: 16 nov. 2018.

SALES, C. P.; GUIMARÃES, M. C. S.; PIMENTA, D. N. Desafios para a informação científica e tecnológica na pesquisa em saúde: da divulgação ao engajamento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/28028/2/desafios%20para%20a%20informa%C3%A7%C3%A3o%20enancib%202013.pdf>. Acesso em: 11 out. 2018.

SÃO JOÃO DE MERITI (RJ). Prefeitura Municipal. **A Cidade**. Disponível em: <http://www.meriti.rj.gov.br/a-cidade/>. Acesso em: 15 de jun. 2018.

SÃO JOÃO DE MERITI (RJ). Prefeitura Municipal. **Notícias**. Disponível em: <http://www.meriti.rj.gov.br/2018/03/11/prefeitura-investe-em-novos-caminhoes-para-aperfeicoar-coleta-de-lixo-na-cidade/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SORENSEN, K. *Health literacy* and public health: a systematic review and integration of definitions and models. **BMC Public Health**, London, v. 12, n. 80, Jan. 2012. Disponível em: <http://www.biomedcentral.com/1471-2458/12/80/abstract>. Acesso em: 11 out. 2018.

SOUZA, L. C. S. **Os agentes comunitários de saúde e a coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares**. 2014. 25 f. Projeto de pesquisa - Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.participa.br/jspui/bitstream/11451/1065/1/121%20-%20Artigo.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

TINDANA, P. et al. Grand challenges in global health: community engagement in research in developing countries, **Plos Medicine**, v. 19, 2007.